

## TEMPO E HISTÓRIA: “COMO ESCREVER A HISTÓRIA DA FRANÇA HOJE?”\*

François Hartog\*\*

A fórmula de Chateaubriand no prefácio dos seus *Études historiques*, “A França deve recompor seus anais a fim de harmonizá-los com os progressos da inteligência”, poderia figurar como epígrafe do *Lieux de mémoire* [Lugares de Memória] de Pierre Nora. Não, evidentemente, que a situação fosse a mesma, mas para Chateaubriand depois de 1830 assim como para Nora no início dos anos oitenta, tratava-se de partir de um diagnóstico sobre o presente e averiguá-lo. Para reconstruir “sobre um novo patamar”, dizia Chateaubriand, é necessário perguntar, inicialmente, o que “recompor” quer dizer no caso de Nora: “Como escrever a história da França hoje”<sup>1</sup>?

---

\* Tradução de Ana Cláudia Fonseca Brefe. Artigo originalmente publicado na revista *Annales ESC*, 1995, nº 6, pp. 1219 à 1236. Somos gratos ao autor por seus esclarecimentos relativos a esta tradução. Revisão de Cristina Meneguello.

\*\* François Hartog é diretor de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, e seus campos de pesquisa estão especialmente voltados para a historiografia e história intelectual, antiga e moderna. É autor, dentre outros, de *Le XIX siècle et l'histoire: le cas Fustel de Coulanges*, *Premiers temps de la Grèce - l'Age de Bronze et l'époque archaïque*, *Miroir d'Herodote- essai sur la presentation de l'autre*.

<sup>1</sup> *Les Lieux de mémoire*, III, *Les France*, I (1993). Paris, Gallimard, pp. 11-32. O presente artigo desenvolve o tema de uma conferência apresentada no Dartmouth College, em julho de 1994, graças ao amável convite dos professores L. D. Kritzman e R. Stamelman.

De fato, os anos oitenta são o momento dos *Lieux de mémoire* (1984-1993). O projeto, concebido antes de 1989, foi finalizado posteriormente. Pensávamos então no bicentenário da Revolução, mas a queda do muro de Berlim, com a qual ninguém sonhava, pegou a todos desprevenidos. O projeto situa-se, portanto, nos dois lados de 1989. Ele acompanha, registra e reflete sobre a onda memorial que se estendeu sobre a França, depois de meados dos anos setenta.<sup>2</sup> É suficiente mencionar, entre muitos testemunhos possíveis, o filme “Le Changrin et la Pitié” (1971), o livro de R. Paxton sobre Vichy (1972); *Le cheval d’orgueil* (1977), de P. Jakes Hélias; *Le syndrome de Vichy* de H. Rousso (1987), *Os assassinos da memória* (1987), de P. Vidal-Naquet, ou, num outro registro, a ativa renovação dos centros históricos das cidades, a proliferação dos eco-museus ou o sucesso do tema do patrimônio. Mas, de Chateaubriand à Nora, notamos de imediato uma diferença em relação ao tempo: o “novo patamar” trazido pelo “progresso” da inteligência remete a uma visão do tempo como progresso. Este era o tema da perfectibilidade, ainda que no momento de empreender aquilo que se tornaria os *Lieux*, Nora considerasse somente o presente: “o desaparecimento rápido de nossa memória nacional parecia convidar-me a um inventário dos lugares onde ela seletivamente se encarnou”.

Os *Lieux de mémoire* foram uma empresa coletiva numa escala, de resto, absolutamente excepcional na edição francesa. Fernand Braudel teve a audácia de se lançar a uma longa e solitária história da França, nos moldes de Michelet, mas começou muito mais tarde, não podendo explorar até o fim essa *Identidade* da França na qual singularidade e permanência se reúnem. Os *Lieux* são também a obra de um historiador que nos dá sua “interpretação”, no sentido musical do termo, suas *Buscas* e, em outros termos (guardadas as devidas proporções), sua *Busca* da história da França. Eu gostaria de questionar essa interpretação e o projeto intelectual que a sustenta privilegiando, entre todas as outras dimensões, aquela da relação com o tempo.

---

<sup>2</sup> Talvez, essa onda tenha encetado o seu refluxo. Ver TODOROV, Tzvetan. 1995. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa.

## Regimes de historicidade e escritas da história

*Nos tempora sumus.* Esta expressão de Santo Agostinho, “Nós somos tempo”, é conveniente para rejeitar a idéia de um tempo que, assim como o tempo astronômico, nos seria puramente exterior e sobre o qual não teríamos nenhuma ação, tal como é freqüentemente para Braudel. Ainda na conclusão de *L’identité de la France*, a longa duração é definida como “uma enorme superfície de água quase parada” que, insensível mas irresistivelmente, “tudo arrasta sobre ela”.

Permitam-me aqui uma digressão e a introdução da noção de regime de historicidade. Entendo essa noção como uma formulação erudita da experiência do tempo que, em troca, modela nossa forma de dizer e viver nosso próprio tempo. Um regime de historicidade abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento. Ele dá ritmo à escrita do tempo, representa uma “ordem” à qual podemos aderir ou, ao contrário (e mais freqüentemente), da qual queremos escapar, procurando elaborar outra. Posso dizer que a frase emprestada de Tocqueville, “Quando o passado não mais esclarece o futuro, o espírito caminha nas trevas”, esclarece meu propósito. Antes (quando o passado esclarecia o futuro, quando a relação do passado com o futuro era regrada pela referência ao passado) era o tempo da *historia magistra vitae* [história mestra da vida]. Quando, ainda em 1796, Chateaubriand pensava que poderia “iluminar, tendo nas mãos o facho das revoluções passadas, a noite das revoluções futuras”, seu paralelo entre as revoluções antigas e modernas fazia parte daquele paradigma.<sup>3</sup> Mas este antigo regime de historicidade se desfez. Na França, a Revolução marcou a transformação desta economia do tempo. Doravante, não é mais o passado que deve esclarecer o futuro, mas, inversamente, cabe ao futuro esclarecer o passado.

---

<sup>3</sup> CHATEAUBRIAND, 1978. *Essai historique, politique et moral sur les révolutions anciennes et modernes, considérées dans leurs rapports avec la Révolution française*. Paris, Gallimard. HARTOG, F. 1994 “Les anciens, les modernes, les sauvages ou le *temps* des sauvages”. *Chateaubriand. Le tremblement du temps*, BERCHET, J.C. (org.), Université de Toulouse-Le-Mirail, pp. 177-200.

Tocqueville testemunhou essa inversão. Ele, para compreender o passado recente da França, julgou necessário fazer uma viagem ao futuro, à América, para descobrir lá a nova sociedade mesmo se, aparentemente paradoxal, sua tese essencial seja marcar a continuidade entre a monarquia e a Revolução.

São outros os aspectos do regime moderno de historicidade que se instala entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. Reinhart Koselleck mostrou como, a partir de 1860, se formulava na Alemanha *die Neuzeit* [os novos tempos], em ruptura com o antigo regime de escrita da história organizado em torno da história mestra da vida.<sup>4</sup> Nesta perspectiva a Revolução Francesa, segundo seus protagonistas e aqueles que quase imediatamente tentaram relatá-la pode ser lida como um conflito entre dois regimes de historicidade. Do ponto de vista da história, as características deste regime moderno, esclarecidas por Koselleck, são a passagem do plural *die Geschichten* [as histórias] para o singular *die Geschichte* [a História]: a História em si que, segundo a fórmula de Droysen, se tornará “conhecimento de si mesma”. Ela é concebida como processo, segundo a idéia de que os acontecimentos advém não apenas *no* tempo, mas *através* (*durch*), dele.

A exigência de previsões substitui as lições da história. O historiador não elabora mais o exemplar, mas está em busca do único. Na *historia magistra*, o exemplar reatava o passado ao futuro através da imagem do modelo a imitar. Com o regime moderno, o exemplar desapareceu para dar lugar àquilo que não se repete mais. O passado é, por princípio, ultrapassado. O futuro, ou melhor, o ponto de vista do futuro comanda: “A História tornou-se essencialmente uma intimação endereçada pelo Futuro ao Contemporâneo”. Para completar essa fórmula de Julien Gracq, eu acrescentaria que a intimação se estende também ao passado e se impõe aos historiadores que, ao longo do século XIX, organizaram e conceberam sua disciplina co-

---

<sup>4</sup> KOSELLECK, R. 1990. *Le futur passé. Contribution à la sémantique des temps historiques*. J. e M.-C. Hoock (trad.). Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales. (edição alemã de 1979).

mo ciência do passado. Este futuro esclarece a história passada, este ponto de vista e este *telos* lhe conferem sentido assumindo sucessivamente, com as vestimentas da ciência, a feição da Nação, do Povo, da República ou do Proletariado. Se ainda há uma lição da história, ela vem do futuro, e não mais do passado. Ela está em um futuro que deve vir a acontecer diferentemente do passado, enquanto a *historia magistra* repousava sobre a idéia de que o futuro não repetia o passado, mas também nunca o excedia (movia-se no interior de um mesmo círculo, com as mesmas regras do jogo, a mesma Providência e os mesmos homens, partilhando a mesma natureza humana).

Quanto tempo durou a *historia magistra*? Segundo Koselleck, sua dissolução, ao menos como princípio explicativo e instrumento heurístico ativos, acontece entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, quando se elabora - na Alemanha em primeiro lugar - um conceito moderno de história. Quando ela começou? A fórmula remonta à Cícero, mas os gregos praticaram esta forma de história desde o século IV a.C., talvez até mesmo no século V, com Tucídides<sup>5</sup>. Em seus primórdios essa história retórica, concebida como uma compilação de exemplos, destinava-se àqueles que supostamente faziam a história (os cidadãos, o homem político, o príncipe).

Quanto ao regime moderno de historicidade, não poderíamos inscrevê-lo entre estas duas datas simbólicas que são 1789 e 1989? O ano de 1989 poderia marcar o fim deste regime moderno, ou, ao menos, um grande corte em sua história? É necessário esclarecer que essa hipótese não tem, evidentemente, nada a ver com qualquer fim da história. Encarar os *Lieux de mémoire* a partir de uma perspectiva ampla ou de uma história de longa duração das relações com o tempo nos leva a ler esta obra como uma manifestação desse fim e, se posso dizê-lo, como uma tentativa de responder a ele fazendo sua história.

Uma tal hipótese não implica, de modo algum, que o regime moderno não tenha conhecido questionamentos anteriores ou que ele não tenha pas-

---

<sup>5</sup>Tucídides pretendia transmitir aos homens do futuro um instrumento de inteligibilidade do seu próprio presente: *A guerra do Peloponeso* construída por aquele que seria o seu primeiro (mas também último) historiador de tipo ideal.

sado por numerosas “crises” do tempo. Absolutamente o contrário. Um regime de historicidade não é uma entidade metafísica, descida do céu, mas um quadro de pensamento de longa duração, uma respiração, uma rítmica, uma ordem do tempo que permite e que proíbe pensar certas coisas. Contestado tão logo instaurado, um regime de historicidade reformula, “recicla” elementos anteriores da relação com o tempo, para fazê-los dizer outra coisa de maneira diferente (tal como a *historia magistra* retomada pelo cristianismo e historiadores medievais). A passagem de um regime a outro conduz a períodos de cruzamentos: o período revolucionário é um bom exemplo disto. Um regime, enfim, não existe jamais em estado puro.

Este não é o lugar para retrazar a história ou os avatares desse regime moderno e, assim, limito-me a indicar duas crises: seu questionamento contemporâneo, sobre o qual me deterei um pouco pois ele proporciona justamente o contexto que tornou possível os *Lieux*, e, antes ainda, a profunda crise que se manifesta em torno de 1914, antes da guerra e mais ainda depois dela, nos anos vinte. Basta evocar aqui um nome: Walter Benjamin, que entre 1929 e 1940, contra o *Historismus* e aquilo que surgia como a falência definitiva da filosofia hegeliana da história, procurou formular um novo conceito de história, operando a partir de um outro tempo histórico (contra o tempo que ele caracterizava como homogêneo, linear e vazio). Do mesmo modo, na França no fim dos anos vinte, alguns historiadores voltaram-se para uma história econômica e social, contra a história positivista, factual, política, nacional e superficial e em busca de profundezas e temporalidades regradas por outros ritmos que a simples sucessão linear dos acontecimentos políticos. Mais profunda, mais ampla, adaptando-se aos ciclos, ela seria em suma mais verdadeira. Esta deveria ser também uma forma de responder àquilo que Maurice Halbwachs então assinalou como o “ritmo cada vez mais acelerado de uma vida social”<sup>6</sup>.

Em seguida, a despeito da catástrofe da Segunda Guerra Mundial, outros fatores como a impossibilidade de fazer frente àquilo que tinha ocorri-

---

<sup>6</sup>HALBWACHS, M. 1994. *Les cadres sociaux de la mémoire*, 1925. Paris: Albin Michel, p. 262.

do, as estratégias do esquecimento, a utopia revolucionária, as esperanças de mudar a sociedade, a reconstrução, a modernização, a planificação, a competição, a confrontação Leste-Oeste, os progressos econômicos e técnicos, as mudanças rápidas, enfim, a aceleração da história e do tempo concorreram igualmente para manter ou mesmo relançar o regime moderno de historicidade e os hinos ao progresso: “O futuro radioso” socialista, o “milagre” alemão capitalista, os *Trinta gloriosos* franceses<sup>7</sup>. Pouco a pouco, todavia, o futuro iria ceder terreno ao presente, que tomaria mais e mais espaço até parecer ocupá-lo inteiramente. Entramos, então, no tempo do presentismo.

### O presentismo

Eis aqui algumas referências, sobretudo literárias, para ajudar a abordar este fenômeno massivo, que dá sua fisionomia própria ao século XX. Contra o passado, que também é a morte, privilegia-se a vida e o presente. Pertencem a esta ampla corrente, em primeiro lugar, as *Considerações intempestivas* (1874), de Nietzsche, mas também *O imoralista* (1902), de Gide, ou o *Helda Gabler*, de Ibsen, ou ainda as reflexões nos anos trinta de Valéry sobre ou contra a história<sup>8</sup>. Se quer responder ou escapar à sua “falência”, a história, mesmo a profissional, deve provar que o passado não é a morte, que ele não quer sufocar a vida. É necessário encontrar uma forma de relação entre o passado e o presente, de tal modo que o passado não pretenda ditar a conduta ao presente e tampouco permaneça completamente

---

<sup>7</sup> *Os Trinta gloriosos ou a Revolução invisível de 1949-75*, obra de J. Fourastie (1979) que põe em evidência o grande crescimento econômico da França nesse período, mesmo em meio a aspectos negativos. (N.T.)

<sup>8</sup> Em muitas ocasiões Lucien Febvre responde a Valéry, abandonado-lhe a história sem vida e reprovando-o de ignorar a história viva. Conferir: FEBVRE, Lucien. 1992. *Combats pour l'histoire* [Combates pela História]. Paris: Armand Colin, pp. 24, 102 e 423.

inerte. Parece-me que a insistência dos primeiros *Annales* sobre a necessária preocupação com o presente também ganha sentido em relação a este contexto intelectual. Em outro registro, a reflexão desiludida de T. S. Eliot testemunha o expansionismo do presente: “*In our age... there is coming into existence a new kind of provincialism which perhaps deserves a new name. It is a provincialism, not of shape, but of time; one for which... the world is the property solely of the living, a property in which the dead hold no shares*”<sup>9</sup>. Os mortos não tem mais seu lugar, talvez nem mesmo qualquer lugar. A morte não tardará a se tornar obscena.

A *náusea* de Sartre, publicada em 1938, fornece um outro indício. O narrador Roquentin escreve um livro de história. De fato, ele trabalha em uma biografia do marquês de Rollebon (que se parece com Talleyrand). Mas um dia, subitamente, torna-se impossível continuar porque se impõe a ele, como uma evidência tangível, que jamais haveria “algo do presente além do próprio presente”. O presente era “o que existe e tudo o que não era presente não existiria. O passado não existia. De modo algum”. “O Sr. de Rollebon acabava de morrer pela segunda vez”. De modo semelhante, as coisas parecem inteiras, mas atrás delas não há nada, o passado não é nada. Vinte cinco anos mais tarde, o mesmo Sartre escreveria *As palavras*, começando assim: “Na Alsace, por volta de 1850, um professor saturado das crianças, aceita se passar por merceeiro...”.

A crítica do progresso. Certamente, o *topos* não é novo, mas podemos levantar, aqui, sua reativação e seu deslocamento por C. Lévi-Strauss, em seus *Tristes Trópicos* (1955), imediatamente famosos. Ele propunha uma versão renovada do bom selvagem no contexto da descolonização. Sua apaixonada defesa de Rousseau e sua crítica à limitada estreita concepção do progresso nas sociedades modernas terminavam numa meditação sobre o

---

<sup>9</sup> ELIOT, T.S.1957. *On Poetry and Poets*. Londres, p. 69. Em nossa época...está surgindo um novo tipo de provincianismo que talvez mereça um novo nome. Um provincianismo não de forma, mas de tempo; para o qual...o mundo é propriedade somente dos vivos, uma propriedade da qual os mortos não detém nenhuma parte. (N.R.)



mundo que havia “começado sem o homem e acabaria sem ele” e, assim, a antropologia deveria ser compreendida principalmente como “entropologia”. Nos anos seguintes, o selvagem torna-se moda: usa-se o “pensamento selvagem”, analisa-se “o pensamento mítico”, valoriza-se o Selvagem contra o Estado, embora houvesse também repercussões e evasões do mundo dos selvagens.

O slogan “esquecer o futuro” é provavelmente a contribuição dos anos sessenta ao estrito encerramento sobre o presente. As utopias revolucionárias, progressistas e futuristas em seu princípio, deveriam operar em um horizonte que pouco ultrapassasse o círculo do presente: *Tout, tout de suite!*, diziam os muros de Paris em 1968. Neles se inscreve um pouco depois: “*No future*”. Vieram, com efeito, os anos setenta, as desilusões, a clivagem da idéia revolucionária, a crise econômica de 1974, e as respostas mais ou menos desesperadas ou cínicas que, em todo caso, apostaram no presente, somente nele e em nada além. Mas esse não era exatamente o *carpe diem* dos homens da Renascença.

Nessa progressiva invasão do horizonte por um presente mais e mais ampliado, hipertrofiado, está claro que a força motriz foi o crescimento rápido e as exigências sempre maiores de uma sociedade de consumo, onde as descobertas científicas, as inovações técnicas e a busca de ganhos tornam as coisas e os homens cada vez mais obsoletos. A mídia, cujo extraordinário desenvolvimento acompanhou esse movimento que é sua razão de ser, deriva do mesmo: produzindo, consumindo e reciclando cada vez mais rapidamente mais palavras e imagens.

Passamos, portanto, em nossa relação com o tempo, do futurismo ao presentismo: a um presente que é seu próprio horizonte, sem futuro e sem passado, ou engendrando quase diariamente o passado e o futuro, dos quais necessita quotidianamente. Não faltam indícios desta atitude: a morte, sobre a qual Ariès, vindo do tradicionalismo, foi o primeiro a chamar nossa atenção, é cada vez mais escamoteada; a valorização crescente da juventude nas sociedades que já começavam a envelhecer; todas as técnicas de supressão do tempo, graças ao desenvolvimento dos meios de comunicação (a comuni-

cação dita em “tempo real”). Qualquer um poderia facilmente completar o repertório dos comportamentos que tendem a uma negação do tempo. De resto, considera-se de bom tom que uma pessoa que se dê ao respeito, obrigatoriamente, não tenha tempo!<sup>10</sup>

Antes de abordar as falhas que não tardaram a aparecer na “onipresença presente”, vejamos brevemente como a historiografia profissional percebeu e respondeu (ou não) a esta mudança. Sem muita surpresa e de maneira esquemática, podemos assinalar que a resposta não foi nem imediata e nem direta. Confirmou-se a inclinação da história que calculava e quantificava, à pesquisa de outras temporalidades: da longa duração braudeliana (oficialmente proposta às outras ciências sociais em 1958) até a história imóvel de Le Roy Ladurie: longe, então, da poeira dos dias. Na mesma direção, mas no nível das mentalidades, a história preocupada com a etnologia tornou-se autônoma (o exótico estaria em nós, na verdade nós também seríamos selvagens). Essa história que “se aventurou do outro lado do espelho” se chamaria em breve antropologia histórica: Jacques Le Goff formulará o seu programa e, juntamente a outros, o esclarecerá.

Fora desse domínio e em torno das Ciências Políticas, afirma-se a história contemporânea, que não tardará a se afirmar como “história do presente”.<sup>11</sup> Com seu artigo “O retorno do fato”, Pierre Nora faria a ponte entre dois tipos de história: o acontecimento, sim, mas um acontecimento carregado, antropologizado, onde se lêem as camadas da longa duração. Nora perceberia igualmente “*o advento rápido do presente histórico*”. Conscientemente, o historiador do presente faz surgir o passado no presente (no lugar de fazer inconscientemente surgir o presente no passado); “*é todo nosso presente que busca sua própria consciência através do novo estatuto que o*

---

<sup>10</sup> NOWOTNY, H. 1992. *Le temps à soi. Genèse et structuration d'un sentiment du temps*. Paris, Éditions de la Maison des Sciences de L'Homme.

<sup>11</sup> Conferir *Écrire l'histoire du temps présent. En hommage à François Bédarida*. Paris, CNRS Éditions, 1993, particularmente o artigo de M. TREBITSCH.

*acontecimento conquistou na sociedade industrial*".<sup>12</sup> Se o enfoque no presente está certo e claramente reivindicado, o modo de ser do passado é aquele do surgimento no presente, sob o controle do historiador. Nora sempre recusou o princípio de uma ruptura estrita entre passado e presente como base da história moderna. Os *Lieux* emanam do mesmo princípio. Enfim, ao nos aproximarmos de meados dos anos oitenta, a impulsão das histórias nacionais indica seguramente uma resposta diferente, mas à qual questão?

### **As falhas do presente**

A economia (midiática) do presente não cessa de produzir e de consumir o acontecimento. Mas com uma particularidade: o presente, no momento mesmo em que se dá, deseja ver a si mesmo como já histórico, como já passado, voltando-se de uma certa maneira sobre si e antecipando o olhar que lhe dirigiremos quando ele for completamente passado, como se quisesse “prever” o passado, se tornar passado antes mesmo de ter advindo plenamente como presente. Esse olhar é aquele do presente sobre si mesmo. Um presente que é seu próprio passado, ou, ainda, sonha com o domínio do tempo ou, principalmente, com a sua supressão. Um exemplo entre dezenas de outros possíveis: os jornalistas entrevistaram, em 10 de maio de 1994, o presidente Mitterrand, exatamente um ano antes do fim do seu mandato. Todo o jogo consistiu em fazê-lo falar como se estivéssemos um ano mais tarde, como se ele já tivesse partido ou mesmo morto e enterrado, pois pedia-se que ele indicasse o epitáfio que escolhera para si!

Simetricamente, nosso presente está ansioso por previsões, senão por predições. Ele se cerca de especialistas que consulta sem cessar (o historiador, quando é solicitado, se mostra transformado em especialista). O presente encontra seu “abre-te sésamo” nas pesquisas de opinião: projeção no futuro, sem sair do presente. A resposta hoje, imagem instantânea, é trans-

---

<sup>12</sup> NORA, P. 1974. “Le retour de l'événement”. In: *Faire de l'histoire*. Paris, Gallimard, 1, pp. 225-6.

portada para seis meses adiante e tende insensivelmente a se tornar a imagem efetiva de situações seis meses mais tarde. Aquilo que você escolhe hoje é a imagem daquilo que você escolherá dentro de seis meses, daquilo que você já escolhera. A duração é somente introduzida sob a forma de uma série que permite traçar uma curva das pesquisas. Mas mesmo as pesquisas se enganam!

Uma outra falha do presente surge por volta dos anos setenta. Esse presente, já inquieto, se encontra em busca de suas raízes e identidades, preocupado com a memória e com as genealogias (sabemos do lugar tomado pelas pesquisas genealógicas nos arquivos), com a conservação (monumentos, objetos, modos de vida, paisagens, espécies animais) e ansioso pela defesa do ecossistema. Viver o país e a ecologia tornam-se temas mobilizadores e em pleno desenvolvimento. Conservação e reabilitação substituíram, notadamente nas políticas urbanas, o simples imperativo de modernização, cuja brilhante e brutal evidência não foi até agora questionada. Como se quiséssemos preservar, reconstituir, um passado já desaparecido ou em vias de se apagar irremediavelmente.

Dois exemplos esclarecem essa mudança de atitude em relação ao tempo. Touvier, o antigo chefe da milícia de Lyon, foi condenado por crimes contra a humanidade. Em 1972 ele tinha sido condecorado pelo presidente Pompidou e, em 1994, foi condenado. Ora, é exatamente o mesmo Touvier. O tempo funcionou à contrapelo: longe de trazer o esquecimento, ele reavivou, reconstruiu e impôs a lembrança. Em 1970, Pompidou (cujo vigésimo aniversário de morte comemoramos de maneira balladuriana<sup>13</sup> e sem grande sucesso), lança a construção de um novo museu de arte contemporânea, o grande petroleiro de Beaubourg, e começa a destruição dos Halles. Como consequência um buraco (o “Buraco dos Halles”), que o novo prefeito de Paris, um tal Chirac, acabaria por preencher a seu modo. Fim de

---

<sup>13</sup>Referência irônica à Edouard Balladur, ministro da Economia e das Finanças e da Privatização de 1986 a 1988 e primeiro ministro entre 1993 e 1995, cuja iniciativa de comemorar o aniversário de morte de Pompidou resultou num absoluto fracasso. (N.T.)

1993, Mitterrand inaugura o grande Louvre, com sua pirâmide de vidro, que apresenta um aspecto bem sucedido da arquitetura pós-moderna. O Louvre, que perdeu sua última função régia com a saída do ministério das Finanças, tornou-se inteiramente espaço museal: o primeiro lugar do patrimônio universal da França (com sua galeria de compras no subsolo).

Assim esse presente que reina aparentemente sozinho, “dilatado”, vaidoso, revela-se inquieto. Ele gostaria de ser o ponto de vista sobre si mesmo e descobre a impossibilidade de se manter. No limite da ruptura, ele se mostra incapaz de preencher o espaço que ele mesmo abriu, entre o campo da experiência e o horizonte da espera. O passado bate à porta, o futuro na janela e o presente descobre que o solo desmorona sob seus pés. Magritte poderia ter pintado este quadro!

Três palavras resumem as mudanças: *memória*, mas trata-se de fato de uma memória voluntária, provocada (aquela da história oral), reconstruída (da história, para que se possa contar *sua* história); *patrimônio*, 1980 tinha sido decretado o ano do patrimônio. O sucesso da palavra e do tema (defesa, valorização, promoção do patrimônio) vai ao lado da crise da noção de “patrimônio nacional”; *comemoração*, “de uma comemoração a outra” poderia ser o título de uma crônica dos últimos dez anos. Estes três termos apontam todos em direção a outro, que é seu foco: a identidade.

As comemorações definem um novo calendário da vida pública, impondo-lhe seus ritmos e seus prazos. Ela se curva perante a elas e as utiliza, tentando conciliar memória, pedagogia e mensagens políticas para o momento imediato. A visita de Mitterrand ao Panteão, em 10 de maio de 1981 inscreve-se nessa perspectiva: descida inaugural ao país dos mortos ilustres da República, uma rosa à mão (Michelet tinha um ramo de ouro), para revifcar os lugares desérticos e preparar-se para escrever uma nova página da história da França. Fomos, assim, de comemoração em comemoração, num ritmo acelerado. Todos os rearranjos em torno da memória ocorrem no momento em que se aproximava a comemoração maior: aquela da Revolução, que instigava a atualizar e a questionar o próprio fato de comemorar. Aquilo nos valeu, em meio à polêmica, a comemoração dos 1000 anos da monar-

quia capetíngia, legitimada por uma missa solene com a presença do presidente da República. A esta explosão comemorativa sucedeu imediatamente a rajada de cinquentenários da Segunda Guerra.

Longe de ser um fenômeno somente francês, a comemoração floresceu um pouco em todos os lugares: a Alemanha, por exemplo, praticou-a com o mesmo ardor depois dos anos oitenta. É suficiente mencionar o cinquentenário do nascimento de Lutero em 1983, o aniversário dos setecentos e cinquenta anos da fundação de Berlim em 1985, ou a (controversa) inauguração da “Neue Wache” [Nova Onda] em Berlim, em 1993, como memorial central da República federal.<sup>14</sup>

### Memória-História

Em 1974 foi publicado *Faire de l'histoire* [História] e, dirigido por Jacques Le Goff e Pierre Nora, que pretendia “esclarecer e promover um novo tipo de história”. A memória não fora incluída entre os novos objetos ou novas abordagens. Quatro anos mais tarde, o dicionário de *La Nouvelle histoire* [A nova história] comporta uma entrada “Memória coletiva”, redigida por Pierre Nora, em que se pode ler o primeiro esboço do programa dos *Lieux de mémoire*<sup>15</sup>. Em 1984 sai o primeiro volume dos *Lieux* que, iniciando justamente com a comemoração, retorna em direção à memória, interrogando-se sobre a partilha entre história e memória e se propondo a demonstrar que a memória também tem uma história. Para fazê-lo, Nora necessita de um instrumento heurístico: será o “lugar de memória”.

---

<sup>14</sup>FRANCOIS, É.1994. “Nation retrouvée, nation à ‘contre-coeur’. L’Allemagne des commémorations”. In: *Le Débat*, 78, pp. 62-70.

<sup>15</sup> LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. (dir.) 1978. *La nouvelle histoire*. Paris. Trataria-se, escreveu Pierre Nora, “de partir dos lugares, no sentido preciso do termo, onde uma sociedade (...) registra voluntariamente suas lembranças ou as reencontra como uma parte necessária de sua personalidade: lugares topográficos (...) lugares monumentais (...) lugares simbólicos (...) lugares funcionais (...): estes memoriais têm sua história”, p. 401.

Se os historiadores sempre estiveram relacionados com a memória, também sempre suspeitaram dela. Tucídides já a recusava como não confiável: ela esquece, deforma, obedece a uma economia do prazer. O olho, a evidência da autópsia, triunfa sobre a orelha. A história científica do século XIX começou por estabelecer uma ruptura clara entre o passado e o presente. É isto que sempre fez de Michelet um transgressor, ele que atravessou e reatravessou tantas vezes o rio dos mortos. A história deveria começar lá onde termina a memória: nos arquivos escritos.

O texto de abertura dos *Lieux*, “Entre memória e história”, parte da maré memorial buscando analisá-la e extrair-lhe as conseqüências do ponto de vista das formas de escrita da história e do exercício do ofício do historiador. Para Nora, indo quase que exaustivamente de um termo a outro como se procurasse um caminho entre eles, torna-se claro que a história nacional modelo Lavisser seria, no fundo, uma memória passada pelo filtro da história, uma memória “autenticada”, transubstanciada em história, “no cruzamento da história crítica e da memória republicana”: uma história-memória. “Em 14 de julho de 1790”, escreveu Lavisser, “a unidade nacional sucedeu a unidade monárquica que se revelou indestrutível”. Daí a identificação da Revolução com a Nação, da Nação com a República, e da República a “*um regime que podemos acreditar definitivo*”. Esta era a operação historiográfica de Lavisser. No restante, os vinte e sete volumes se contentavam com uma narrativa contínua, recortada em fatias cronológicas sem surpresa e sem inventividade, com indicações das fontes. Dois tempos importantes sobressaem no conjunto: o *Tableau de la géographie de la France*, emprestado de Vidal de la Blanche, e o *Louis XIV* do próprio Lavisser.

Lavisser assinalava ainda esta singularidade concernente à história da França: se a Revolução a tinha separado de seu passado, reconstruí-la seria então um “trabalho de erudição” e de história, não de memória. O que legitimava portanto a história no seu papel de instrutora nacional, a *pietas erga patriam*, pressupunha o conhecimento da pátria. Estava clara a função, ou melhor, a missão da história.

Lavissee representou, certamente, um dos pontos de partida da reflexão de Nora historiador. É a ele que Nora consagrou um de seus primeiros artigos (Lavissee, o instrutor nacional e o infatigável pedagogo da nação “consumada”, em 1962)<sup>16</sup>. A *Histoire* de Lavissee desempenhou, aí, o papel de laboratório. A *Republique*, primeiro tomo dos *Lieux*, resulta efetivamente da leitura crítica de Lavissee, um Lavissee visto nos bastidores, de onde se mostra a fabricação de uma *história* nacional, ao mesmo tempo desmontando-a como *memória* nacional, fazendo justamente um primeiro ensaio da noção de lugar de memória. Seria suficiente partir dos “lugares comuns” da República (as Três Cores, o 14 de julho, o Panteão...), desdobrá-la e questioná-la, para chegar a uma primeira definição de lugar como aquilo que é ao mesmo tempo material, funcional e simbólico: objeto insondável, no qual o passado se acha recuperado no presente. Mas para Nora, hoje, o elo com estes lugares simbólicos tornou-se muito tênue: eles são como “*estas conchas que ficam nas margens quando o mar da memória viva se retira*”. Eles estão lá, mas somente uma relação ativa que possamos manter com eles (o que os *Lieux* propõem), uma relação de segundo grau, pode reativar aquilo que eles foram na história.

Em 1980, para entender o que acontece entre a memória e a história e os lances dessa nova demanda por memória, Nora começa por se transportar para um século atrás quando, conforme Lavissee, somente a história estava em questão. 1980 vem olhar 1880, e 1880, refletindo este olhar, devolve a inteligibilidade sobre 1980. A aproximação dos dois momentos é, em si mesma, esclarecedora: ele compreende que “a história” de Lavissee é, em seu princípio, a memória (republicana) promovida à dignidade de história e que a exigência contemporânea de memória é, de fato, uma demanda de história. Ele também mostra que aquilo que estava atado nos anos de 1880-1890 (a síntese republicana, com a sua santíssima trindade laica da República, Nação e França) está, um século mais tarde, a um passo de se desatar. Em que

---

<sup>16</sup> NORA, P. 1962. “E. Lavissee: son rôle dans la formation du sentiment national”. In: *Revue historique*, juillet-septembre.



se transformam cada um desses termos, se o sopro do espírito republicano não os une mais, ou se eles tendem a retomar sua autonomia? O que resta da Nação sem a República? É o fim da França?

A enquete dos *Lieux* pôs rapidamente em evidência uma periodização das “pulsões memoriais”: em torno de 1830 (com a obra de Guizot), de 1880 (com a fixação dos rituais e da história republicana), de 1980 (o ponto de partida da enquete dos *Lieux*). Eu acrescentaria 1914, menos visível sem dúvida, na medida em que não se traduz pela organização de instituições centrais da história ou pela produção de grandes histórias nacionais, retomadas ou renovadas, mas sobretudo por uma contestação da história oficial, uma valorização da memória *contra* a história e a busca de uma outra história, ou seja, de um outro tempo histórico.

1914: O nome de Walter Benjamin, que pensa entre a França e a Alemanha, basta aqui para designar e ilustrar esse momento de profunda crise do tempo, que a guerra apenas reavivou. Ele se esforçou por construir um novo conceito de história contra o historicismo, que põe em seu centro a noção de rememoração (*Eingedenken*). Forjando a noção “a partir do presente”, ele estima, combinando messianismo e revolução, que o tempo histórico nasce propriamente quando se opera “uma conjunção fulgurante entre passado e presente”.

Dessa crise do tempo, o próprio projeto de *La Recherche du temps perdu* [Em busca do tempo perdido] (da qual, aliás, Benjamin foi tradutor) é um outro sinal. Ele é, para terminar esse livro vindouro que deveria justamente escrever o tempo, “a forma do Tempo”, depois que, na biblioteca do príncipe de Guermantes, a evidência da idéia do Tempo fora imposta ao narrador. Quase encontramos aí o lugar de memória. Proust fala de “lugar distante” e de “lugar atual” e, de um ao outro, há a sensação do outrora com a ressurreição da memória que é a irrupção do passado no presente. Assim, a Sra. de Saint-Loup aparece ao narrador como uma espécie de lugar de memória. Não seria ela, tal como nas florestas, as “estrelas” das encruzilhadas onde convergem as estradas, também em nossa vida, dos pontos os mais diferentes? Vêm desembocar nela “os dois grandes caminhos” onde ele teria

feito “tantos passeios e tantos sonhos”. O livro termina nessa presença física, completamente vertical, do tempo: “O homem como se tivesse o comprimento, não de seu corpo, mas de seus anos de vida”, está equilibrado sobre as ondas vivas do tempo, “algumas mais altas do que campanários”. Tal como o duque de Guermantes, vacilando sobre suas pernas.

Proust conduz a Bergson e a suas análises da duração. Desenha-se aí toda uma configuração intelectual, que ultrapassa em muito a França. Podemos também reunir Charles Péguy, adversário declarado e feroz da história tal como a encarnaram Lavissee, Langlois e Seignobos. Contra a história, Péguy (apoiando-se em Bergson) invoca a memória. Contra o sacrossanto método histórico, ele escolheu Hugo e Michelet. Em *Clio* (julho de 1913), ele opõe a história “essencialmente longitudinal” a uma memória “essencialmente vertical”. A história “passa ao longe”, ou seja, “ao largo”. E “a memória consiste, acima de tudo, estando dentro do acontecimento, em não sair dele, a permanecer nele e a remontá-lo por dentro”.<sup>17</sup> Péguy não cessa evidentemente de sonhar com o *Affaire*: “Eu diria, pronunciaria, enunciaria, transmitiria um certo *affaire* Dreyfus, o *affaire* Dreyfus real, de que todos nós desta geração fomos cúmplices”. No total, a história é “inscrição”, enquanto a memória é “rememoração”.

Os historiadores profissionais ou não respondem a estes questionamentos - Lavissee publica a seqüência de sua História com *L'Histoire de France contemporaine* (1789-1919) em 1922 - ou vão se desviar do nacional para o econômico e o social e para suas temporalidades em profundidade.

1980: Todos constataram que, depois de meados dos anos oitenta, se multiplicaram e sucederam nas livrarias as *Histórias de França* ou *da França*. Seria necessário ver nisto um prolongamento do sucesso editorial que a história conheceu nos anos setenta, mas com uma clara alteração de rumo? Ao menos em princípio seria também uma resposta combinada à crise da história na escola: as crianças não sabem mais as datas? E, em primeiro lugar, uma resposta de direita a uma história dita de esquerda, antes que todo

---

<sup>17</sup> PÉGUY, C.1992. *Oeuvres complètes III*.Paris, Gallimard, pp. 1176-78.

mundo abrace a defesa, justamente, da República? Uma primeira percepção institucional da escalada memorial e uma resposta, mais ou menos explícita, à interrogação identitária? Mas poderiam os historiadores voltar a ser os instrutores da Nação ou da República, mesmo com a mediação da televisão? Em seus últimos anos Braudel, que acabara de publicar a primeira parte de sua *Identité de la France*, tornou-se, para grande surpresa, o encarregado deste magistério.<sup>18</sup>

Uma rápida leitura dos prefácios destas primeiras *Histórias* convence que o encaminhamento intelectualmente mais interessante em relação ao fenômeno da memória foi aquele proposto pelos *Lieux de mémoire*. Respondendo à provocação memorial, então em plena expansão, eles converteram as interrogações em forma de questionamento da maneira pela qual as histórias da França tinham sido escritas. Como, em certos momentos chave, o passado (mas qual passado e o que do passado?) teria sido retomado no presente, para fazê-lo um passado significativo? Isso sem jamais perder de vista que o objetivo de Nora, claramente fixado desde o início (antes de ter seguido essas vazões e retomadas do passado no presente dentro de toda uma retórica), é o de se voltar em direção ao hoje, para tentar, assim instruído pelo longo desvio, melhor compreender e melhor fazer compreender. Do presente ao presente. É uma contribuição ao debate, de certa maneira militante, mas simplesmente cívico.

O “lugar”, na primeira definição que Nora daria, é o lugar que opera em *La République*. Nos três tomos dos *Lieux*, encontramos essa definição e mais duas. O tomo I *La République*, ponto de partida efetivamente necessário, culmina, todavia, em uma República que se dá a ver como sendo, ela mesma, sua própria memória. É um percurso um pouco nostálgico de lugares quase mortos ou bastante abandonados: o tempo praticamente passado de uma República datada, que não se sustenta muito bem sobre suas altas

---

<sup>18</sup> Após a publicação de seu livro, Braudel foi considerado autoridade no assunto e solicitado sempre que se tratava da identidade francesa. (N.T.).

(talvez nem tão altas) ondas do tempo. Nesse primeiro volume está “a mortalha de púrpura em que dormem os deuses mortos”.

Para relançar a empresa e ir além do simples face a face 1980-1880, conviria retomar a noção de “lugar”, retrabalhá-la, propor-lhe uma concepção mais ampla, mais dinâmica sobretudo, para questionar as obras *La Nation* e *Les France*. Primeira extensão: o “lugar” designará, ao mesmo tempo, as manifestações mais evidentes da tradição nacional, os memoriais canônicos e os instrumentos que concorreram para a sua formação, como o *Dictionnaire pédagogique* de Ferdinand Buisson, mostrando como uns e outros criam um sistema. Para além dos memoriais repertoriados como tais, o “lugar” também deve permitir descortinar “os blocos maciços de nossas representações e de nossa mitologia nacional”, “revitalizar os lugares tornados comuns”. Finalmente, o lugar de memória é “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, cuja vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer”.<sup>19</sup> Saímos do quadro do patrimônio nacional. Principalmente a história, sob a ótica dos *Lieux*, é uma história de segundo grau, e Nora o repete incessantemente, uma história simbólica.

Na contracorrente de Proust, a expressão “lugar de memória” remete às artes da memória, que nos conduzem à arte oratória da Antigüidade. Sua definição foi dada por Cícero: O lugar, *locus*, é o local (os cômodos de uma casa ou colunas) onde o orador é convidado a ordenar as *imagens* das coisas que ele quer reter. Recomenda-se que ele escolha imagens vivas (*images agentes*). Neste sentido, os *Lieux* usam uma concepção retórica da memória. O lugar do orador é sempre artifício. O mesmo vale para o lugar, segundo Nora, que jamais é simplesmente dado: ele é construído e reconstruído sem cessar.

O que faz o “lugar” é ele ser uma encruzilhada onde se encontram diferentes caminhos da memória, e é também sua capacidade de ser incessan-

---

<sup>19</sup> NORA, P. “Comment écrire l’histoire de France”. In: *Les France* I. Paris, Gallimard, p 20.

temente remodelado e continuamente retomado e revisitado. No melhor dos casos, um lugar de memória que perdeu sua destinação primeira nada mais é que a lembrança de um lugar (por exemplo, “Os Gauleses” e “Os Francos após 1914). O volume I dos *France*, sob o título “Conflitos e partilhas”(ou mesmo Conflitos partilhados), traz a melhor demonstração disso. O lugar “alargado” permite a invenção de lugares novos (objetos) e a interrogação permite a invenção de lugares devidamente marcados como tais. A análise minuciosa da direita e da esquerda, o “desdobramento” dessas duas noções-memória por Marcel Gauchet, em que é possível ler toda a história moderna da França, traz uma explicação convincente. Não estamos, portanto, nem no inventário dos altos lugares nem no catálogo da Redoute<sup>20</sup> nem em uma história pós-moderna, nem obrigatoriamente na história dos “vencedores”.

Partindo da surpresa diante do sucesso do fenômeno comemorativo, Nora pode, no final do seu percurso, mostrar o que ele chama de “a inversão da dinâmica da comemoração”. Não cessamos de comemorar em nome da trilogia Memória, Identidade, Patrimônio, mas a palavra mesma mudou de sentido. No início a comemoração foi religiosa (“Faça isto em minha memória”: no momento mesmo em que a Ceia acontece, ela já é dada como a ser comemorada; ela inclui a ausência); os rituais monárquicos não assinalavam a comemoração (o rei está morto! viva o rei!), que depois se torna comemoração, através da transferência da sacralidade nacional, republicana e laica com “o Quatorze de julho”, no qual 1880, 1789 e 1790 se correspondem e se prevêm mutuamente. A seu modo, Péguy havia dito em *Clio*”: “A tomada da Bastilha foi propriamente uma festa, foi a primeira celebração, a primeira comemoração e por assim dizer o primeiro aniversário da tomada da Bastilha... A festa da Federação não foi a primeira comemoração, o primeiro aniversário da tomada da Bastilha. A tomada da Bastilha foi a primeira festa da Federação, uma Federação *avant la lettre*.”<sup>21</sup>

Hoje porém, segundo Nora, a comemoração tornou-se patrimonial, ou seja, irradiada ou “desnacionalizada”, mesmo quando ela quer se fazer reco-

<sup>20</sup> Grande loja de departamentos francesa que faz vendas através de catálogo. (N.T.)

<sup>21</sup> PÉGUY, C. *Op. cit.*, pp. 1083-84.

nhecer pelo Estado, que quase não se reencontra mais na noção de patrimônio nacional.<sup>22</sup> Mais precisamente, a nação em si mesma se transforma em patrimônio (ao passo que, doravante, o patrimônio é entendido menos como um bem que possuímos e mais como aquilo que constitui nossa identidade). “Como se a França deixasse de ser uma história que nos divide para se tornar uma cultura que nos reúne”.<sup>23</sup> Nesse movimento que conduz do político ao cultural, Nora marca a emergência de um “nacional sem nacionalismo”. A França do final do século XX estaria a um passo de se tornar uma *Kultur Nation*, enquanto a Alemanha, que havia tomado este caminho em resposta à ausência de uma unidade política, reencontra-se como uma nação, talvez à força mas não podendo se poupar da questão do nacional. Estaria aí o começo de uma interessante troca histórica.

Em todo caso, restringindo-nos à França, teríamos passado, com a Terceira República e sob o magistério de Lavissee, de uma memória (republicana) transmutada em história a uma história que hoje se viveria, seria lida e reapropriada por uns e por outros como memória, sob o estímulo do “dever de memória”. Os últimos dez ou quinze anos marcariam, então, a passagem da “nação histórica” à “nação memorial”.

Os *Lieux*, um pouco como *Em busca do tempo perdido* terminam em um livro futuro que seria a “verdadeira” *História da França*, tal como poderíamos escrevê-la hoje, e que são os livros que acabamos de ler! Tomando uma outra referência literária (e Nora não se poupa desse recurso, pois há nele uma tentação e uma ambição literária e a convicção de que literatura e história se comunicam), os *Lieux* podem também serem lidos como um *Bildungsroman*.<sup>24</sup> “Que resta da República”, pergunta ele, “quando lhe retiramos o jacobinismo centralizador (...)”? Que resta da Nação quando lhe

---

<sup>22</sup> LENIAUD, J.-M. 1992. *L'utopie française. Essai sur le patrimoine*. Préface de Marc Fumaroli. Paris, Mengès.

<sup>23</sup> NORA, P. *Op. cit.* p. 29.

<sup>24</sup> Romance de aprendizagem, pedagógico. Estilo próprio ao fim do século XVIII, início do XIX, sobre um jovem herói (ou heroína) e seu amadurecimento, como p. ex. *A montanha mágica*, de T. Mann ou *David Copperfield*, de C. Dickens. (N.R.).

retiramos o nacionalismo (...)? Que resta da França quando lhe retiramos o universalismo? Uma aprendizagem de si”. Assim se acaba, se posso escrevê-lo *cum grano salis*,<sup>25</sup> o romance de aprendizado de Pierre Nora.

### Os *Lieux* como sintoma

Os *Lieux* foram considerados sobretudo um diagnóstico da situação presente e uma resposta a essa situação, e também um prognóstico. Para finalizar, gostaria de prolongar algumas das minhas observações, encarando os *Lieux* como um sintoma. Evidentemente, eles pertencem ao momento ao qual se consagram a configurar, mas a maneira pela qual eles operam nos algo mais sobre nosso presente. Pela permanente preocupação historiográfica que os atravessa, eles testemunham, com efeito, esta tendência do presente a se historicizar. Não se trata de egocentrismo, mas de explicitação dos pressupostos do trabalho do historiador.

A exemplo da unidade nacional criada pela Revolução que, para Lavissee, era definitiva e indestrutível, sua *Histoire* se apresentava como a história definitiva da nação acabada, endereçada ao presente e ao futuro: uma espécie de *ktêma* para sempre.<sup>26</sup> Tratava-se de aperfeiçoar a República, mas nada de fundamental deveria mudar. É ainda nisto que Lavissee gostaria de poder acreditar em 1921, quando redigiu a conclusão de sua *Histoire*, na qual chegara até 1919. Os *Lieux de mémoire* se pretendem uma história do presente, para o presente, respondendo à crise do presente, já que este, conforme afirma Nora, “tornou-se a categoria de compreensão de nós mesmos”. Se há um momento dos *Lieux*, os *Lieux* são portanto, também, os “lugares” do momento, ou “lugares” para o momento. História da França para o hoje, os *Lieux* escrevem também (conscientemente) uma história de nosso presente.

---

<sup>25</sup>Com um grão de sal, com uma “pitada de malícia”. (N.R.)

<sup>26</sup>Uma possessão, um dado adquirido para restar através dos tempos. Alusão à expressão utilizada por Tucídides no Livro I da *História da Guerra do Peloponeso*. (N.R.)

Resulta que, para Nora, o historiador não pode mais ser aquele que atravessa passado e futuro, pontífice como Monod ou profeta como Michelet, que lia, no passado, o futuro advindo ou a advir, e o proclamava. Se ele é ainda aquele que atravessa, o faz apenas no interior do círculo do presente, “entre a demanda cega e a resposta esclarecida, entre a pressão pública e a solitária paciência do laboratório, entre aquilo que ele sente e aquilo que ele sabe”.

Mas o presente e o presentismo que o acompanham se revelaram insustentáveis. É também possível interpretar a demanda de memória como uma expressão desta crise de nossa relação com o tempo e uma forma de responder-lhe (mas a memória que se reclama e se proclama não é transmissão, mas precisamente reconstrução de um passado ignorado, esquecido, falsificado, ao qual ela deve permitir a reapropriação e até mesmo a reativação). Um dos problemas que se apresentam atualmente é o de restabelecer uma circulação entre o presente e o passado, e também o futuro, sem nos abandonarmos à tirania de nenhum dos três termos.

Ora, a epistemologia desenvolvida nos *Lieux* ao mesmo tempo que apresenta e reivindica a centralidade do presente, a contorna e dela escapa. Como? Fazendo justamente da passagem do passado ao presente, de sua comunicação que caracteriza o funcionamento da memória, o ponto de partida de sua operação historiográfica: converter a memória não em conteúdo, mas em forma do questionamento histórico e da escrita da história. Já evoquei aqui que o historiador clássico começava por estabelecer a clara separação entre os dois (a história deveria ser somente a ciência do passado e o historiador um simples olhar flutuante no silêncio dos arquivos). Na contracorrente, a lógica dos *Lieux* leva a considerar o próprio historiador como um lugar de memória. Encontramos a figura de Michelet, mas também a de Nora, editor dos *Ensaio de ego-história*.<sup>27</sup>

Mais globalmente, nos últimos dez anos, vemos um sinal dessa relação diferente com o tempo no movimento de retorno sobre si mesmas que as disciplinas, inclusive as científicas, as instituições e mesmo as empresas

---

<sup>27</sup> *Essais d'ego-histoire*.1987. Paris, Gallimard.



conheceram, repentinamente preocupadas com seus arquivos e sua história. A disciplina histórica também conhece essa perspectiva e esse encaminhamento historiográficos, notadamente como trabalho reflexivo sobre seus pressupostos e suas práticas,<sup>28</sup> mas a empresa dos *Lieux* os impulsionou para mais longe, se esforçando em incluir sua própria historiografia na medida de seu próprio desenrolar.

Sintoma, ela o é também no sentido de que o lugar de memória obteve sucesso: ele ascendeu rapidamente ao uso e aos fatos, até mesmo à lei. Classificação a título de lugar de memória do Olympia ou do Fouquet's.<sup>29</sup> O lugar veio em socorro do “Patrimônio nacional”, transbordado e ultrapassado. Concebido em um regime de história nacional, o Patrimônio, aquele da Direção do Patrimônio do ministério da Cultura e da lei de 1913, se viu, com efeito, intimado a responder às demandas de uma memória nacional irradiada. Parece que o lugar poderia fornecer a categoria que os legisladores da Terceira República não puderam evidentemente conceber. Mas, de repente, o lugar encontra-se recuperado pelo fenômeno histórico que teria conduzido a sua elaboração e sobre o qual ele pretendia projetar, inversamente, a sua inteligibilidade. O instrumento cognitivo que deveria servir para cercar e melhor compreender a invasora comemoração tornou-se, ele mesmo, um elemento a mais do dispositivo, chamado a socorrer o Patrimônio e a comemoração. Prova de que o diagnóstico de Nora é acertado, embora corra o risco de ver sua empresa dirigida unicamente à atualidade e consumida pelo próprio fenômeno que ela ajudaria a compreender.

Os *Lieux* também são sintoma do hoje quanto à concepção de memória neles utilizada. Suponhamos por um instante esta enquete dos lugares feita há vinte anos, e estou convencido que o inconsciente (lapso, o vazio de memória, a anamnésia, o deslocamento etc.) teria desempenhado um papel

---

<sup>28</sup> Ver, por exemplo: BOUTIER, J. & JULIA, D. (dir.) *Passé recomposés. Champs et chantiers de l'histoire*. 1995. Paris, Éditions Autrement.

<sup>29</sup> Olympia, uma casa de shows e Fouquet, um dos restaurantes mais requintados e caros de Paris. (N.T.)

importante. A memória dos *Lieux* é uma memória sem inconsciente, salvo metafórico, não por princípio mas de fato: eu falo da concepção retórica do lugar. O investigador não visa mais atingir o impensado do lugar, mas sobretudo reconstituir aquilo que o tornou pensável. Daí, talvez, uma certa dificuldade de dizer os “não lugares”, ou os “maus lugares” de história ou da memória nacional?

O apelo à memória manifesta a crise do presentismo (os *Lieux* averiguam essa demanda e lhe respondem de maneira crítica, propondo o “lugar” como instrumento cognitivo). Entendo o presentismo, assim nomeado pela referência e oposição ao futurismo, como a expressão de um profundo questionamento do regime moderno de historicidade. O futuro, o progresso e as ideologias que a ele se prendem perderam sua força de convicção no momento mesmo que a distância entre horizonte de espera e campo da experiência tornaram-se máximos. É notável como, atualmente, a reintrodução da dimensão do futuro se dê principalmente pelo desvio da preocupação com a conservação: sobre um modo negativo, para impedir, ou simplesmente retardar a destruição, o empobrecimento, a poluição de nosso mundo. O sucesso da ecologia pressupõe um reconhecimento partilhado da conservação, em si mesma, como valor.

E veio 1989, que simboliza o 9 de novembro com a queda do muro de Berlim e o fim da ideologia que se concebera como o degrau mais alto da modernidade. Não o fim da história, mas hipoteticamente, fim ou quebra no regime moderno de historicidade. Depois de 1989, podemos apreender melhor as novas relações com o tempo que se procura. Fim não significa que não haja mais futuro, mas que se reconheça que, mais que nunca, ele é imprevisível (tanto quanto 1989 obriga a repensar o mundo e que as regras do jogo mudaram). Do ponto de vista do passado, o fim da tirania do futuro teve como consequência torná-lo opaco, fazê-lo igualmente um passado em grande parte imprevisível.<sup>30</sup> Não se trata apenas de contingência, tal como

---

<sup>30</sup> Sobre as reviravoltas do tempo histórico na Rússia, ver: GARROS, V.1992. “Dans l'ex-URSS: de la difficulté d'écrire l'histoire”. In: *Annales ESC*, n. 4-5, pp. 989-1002.

na crítica de R. Aron à causalidade segundo Simiand. Esse passado reaberto, nem linear e nem unívoco, é um passado que vamos percorrer como um campo onde se entrecruzam os passados que foram um tempo de futuros possíveis: alguns vieram a ser, outros foram impedidos, massacrados.<sup>31</sup> Os *Lieux*, mostrando como certos “lugares” são cristalizados, remodelados, deformados e esquecidos participam, indiscutivelmente, de um inventário crítico da história-memória da França. Atentos a toda economia do passado no presente, eles propõem um modo de circulação entre passado e presente.

1989 também conduziu ou reconduziu a nação ao primeiro plano: a nação causa furor ou pelo menos, traz problemas. Ferimos muitos em seu nome e sob o seu manto. Entretanto, convém não negligenciar que a questão nacional surgira antes de 1989. Estas questões, de forma e intensidade variáveis, podem se reatar, de certo modo, à crise do presentismo. Elas são uma expressão e uma forma de responder a ele. Mas na Alemanha ainda não reunificada, que se definiria voluntariamente como um Estado pós-nacional, os anos 1980 viram a publicação de inúmeras Histórias da Alemanha, tanto quanto se multiplicaram os colóquios sobre a identidade alemã, no momento exato em que estávamos convencidos - dos dois lados - do caráter durável da ruptura entre os dois Estados. Na França, os *Lieux* levaram a reconhecer, ao mesmo tempo, a presença do nacional e sua profunda transformação. Não seria mais a nação messiânica, mas uma nação-patrimônio, ou ainda uma nação como cultura partilhada, portadora de um nacional sem nacionalismo, vivendo pacificada dentro de uma França à qual restaria cultivar sua memória como se cultivava um jardim. É esta considerável mutação que os *Lieux* se esforçam em mostrar, acompanhando-a e formulando-a. Este seria o momento dos *Lieux*.

Há garantias disso? Esse deslocamento de um modelo de nação para outro é tão claro e irreversível? Aquilo que se passa nos últimos seis anos a

---

<sup>31</sup> RICOEUR, P. 1985. *Temps et récit III* [Tempo e narrativa]. Paris, Éditions du Seuil, p. 313. LEPETIT, B. 1995. “Le présent de l’histoire” In: *Les formes de l’expérience. Une autre histoire sociale*. Paris, Albin Michel, pp. 295-8.

Leste, mas também a Oeste e na própria França leva a reabrir a questão. Como a Alemanha viverá como nação? E a Europa, o que pode ela ser? Como fazer sua história? Em todo caso, hoje, os historiadores não podem escamotear a questão da história nacional. Como escrevê-la ou reescrevê-la, sem reativar a *historia magistra*, a tirania do passado nem os pressupostos do século XIX, unindo progresso e nação, nacional e nacionalismo? Neste aspecto, com ciência e inventividade os *Lieux* balizaram um caminho a se retomar e levar adiante, em uma perspectiva decididamente comparativista, e colocaram uma noção à nossa disposição.<sup>32</sup> Escrever é também propor uma resposta à questão de como circular entre passado, presente, e também futuro. Porém, um futuro liberto de pretensiosos futurismos e pouco monopolizado pelos futurólogos, estes de atitude séria e sempre certos de suas opiniões (e afinal, o que aconteceu com eles nestes últimos anos?)

---

<sup>32</sup> *Le Débat*, 78, 1994.